

## Martillos del bolsionarismo: ensayo sobre la literatura y sobre el dron cis-heterosexista

### Martelos do bolsonarismo: ensaio sobre literatura e sobre o drone cis-heterossexista

### Bolsonarism's hammers: essay on literature and the cis-heterosexual drone

RICK AFONSO-ROCHA

Doctor en letras (UESC/UAM-X)  
rarocho@correo.xoc.uam.mx

#### RESUMEN

*Intentaré esbozar algunas consideraciones sobre la enunciación literaria, en cuanto a su polivalente surgimiento en el escenario discursivo. Se trata de un surgimiento atravesado por el nodo (ideológico/imaginario – político/simbólico – económico/real) que significa a aquella, determinando significados y controlando sus funcionamientos afectivos. Pretendo resaltar que la literatura, como parte del aparato mercantil, no hace más que hacer ver y emerger sujetos: lectores, autores, personajes, editores, consumidores, integración y realización. A continuación, presentaré mi análisis del enunciado literario de Philip K. Dick *The Governing Machine*, por lo que me hace ver y me hace enunciar en su significado complejo que, aunque no a priori, puede contar con direcciones impregnadas en la forma- sujeto en la*

*que reconozco. Dicho eso, necesito anticipar lo que ese enunciado me hace ver y me hace decir: el funcionamiento del bolsonarismo como máquina técnica del capital, desde el dron en el corte del sistema sexo-género, que aquí denominé dron cis-heterosexista. Me interesa comprender el funcionamiento enunciativo (hacer ver/hacer decir) como paradigma ideológico, político y económico, como máquina técnica de la máquina de guerra del capital, o sea, como paradigma que va más allá de la formación social brasileña, pero que, a la vez, lleva ciertas singularidades desde la periferia del sistema-mundo.*

## ABSTRACT

*I will try to outline some considerations about literary enunciation, in terms of its versatile emergence on the discursive stage. It is an emergence traversed by the node (ideological/imaginary – political/symbolic – economic/real) that signifies it, determining meanings and controlling its affective functioning. I intend to highlight that literature, as part of the commercial apparatus, does nothing more than make subjects see and emerge readers, authors, characters, editors, consumers, integration, and realization. Next, I will present my analysis of Philip K. Dick's literary statement *The Governing Machine*, for what it makes me see and makes me state in its complex meaning that, although not a priori, it can have directions impregnated in the form-subject in the one I recognize. That said, I need to anticipate what that statement makes me see and makes me say: the functioning of Bolsonarism as a technical machine of capital, from the drone in the cutting of the sex-gender system, which here I called the cis-heterosexist drone. I am interested in understanding the enunciative functioning (making people see/making people say) as an ideological, political, and economic paradigm, as a technical machine of the war machine of capital, that is, as a paradigm that goes beyond the Brazilian social formation, but that, At the same time, it carries certain singularities from the periphery of the world-system.*

**Palabras Clave:** *Literatura; significado; aparato mercantil; bolsonarismo; dron*

**Palavras-chave:** *Literatura; significação; aparelhagem mercantil; bolsonarismo; drone*

**Keywords:** *Literature; meaning; commercial apparatus; Bolsonarism; drone*

## 1. Introdução

Gostaríamos de haver convencido de que existe um único meio realmente eficaz de barrar o caminho ao fascismo: derrubar o capitalismo. ‘O fascismo’, como Clara Zetkin já escrevia em 1923, ‘é o castigo que se abate sobre o proletariado por não ter prosseguido a revolução iniciada na Rússia’.

Daniel Guérin (2021 13).

Há um pequeno texto de Philip K. Dick (1974), um dos menos conhecidos, considerado por muitos dos estudiosos da sua “obra” – nessa infame tentativa de certa teoria literária de insistir na invenção e na sustentação da autoria – como um livro de pouca maturidade. Texto que me causa muito desconcertamento e me afeta demasiadamente. Esse livro não teve publicação em brasileiro. Contudo, fora publicado em português com o título *A máquina de governar*. Embora goste do título em português e considere uma excelente adaptação cultural, abordarei, mais a frente, também o título original *Vulcan’s Hammer*, visto que, como é possível perceber, é do título em inglês, pelo menos numa camada mais externa e explícita, que decorre o título que nomeia este ensaio.

As metáforas, os recursos linguísticos, as alusões estilísticas, o manejo da linguagem estariam, nessa “obra”, pensam os ainda caçadores da genialidade perdida, ainda pouco trabalhados. A escrita de Dick não estaria suficientemente madura ou sua suposta genialidade ainda não teria florescido. O tal *projeto literário*, fruto de uma imaginária projeção consciente que desconhece da história, do social, da memória e dos aparelhos culturais reprodutores da ideologia dominante – tal como sonhou utopicamente

Antonio Candido (2000), em seu materialismo sem revolução, em seu materialismo de conciliação –, não estaria, no caso de Dick, com essa pequena novela, acabado.

Talvez, por isso, essa enunciação literária, embora carregue o peso do nome autoral, destaca-se que, contraditoriamente assimilado pela instituição literária (peça do aparelho ideológico mercantil), tem suas condições de afetação minoradas.<sup>1</sup> Não digo apenas que tais condições estejam controladas, pois assim funciona o jogo burguês. É preciso abandonar a ilusão da literatura como espaço da morte, da liberdade, do sublime, da resistência absoluta, como se essa estivesse fora da história. Aqueles que assim pensam, estão condenados a admirarem-se eternamente diante da toca do coelho branco, contemplando a genialidade e a intencionalidade autoral. Contudo, há controle da leitura, há controle da interpretação. Há gestão da imaginação, da criatividade, da escrita. Há gestão das paixões. Escrever e ler são paixões. Movimentam afetos. Perceber a escrita como espaço contemplativo da morte e de desaparecimento do sujeito já é, em si, um efeito, do engenhoso jogo da imaginação capitalista. Não há escrita ou leitura que não seja atravessada pelo *modo de imaginação capitalista* (Afonso-Rocha 2022), que não seja atravessada pelo e que não integre o *aparato mercantil econômico, ideológico e afetivo*.

Se Karl Marx (2020) descreveu detalhadamente o funcionamento do *econômico* desde o real e Louis Althusser (2008), feito alguns reparos, delimitou o funcionamento do *ideológico* na ordem do imaginário, penso que coube a Michel Foucault (2010; 2015) descrever o *político*, ainda que tenha apartado da esfera do político, o ideológico e o econômico, em sua assanha de enxergar aí uma espécie de autonomia (relativamente) absoluta (uma espécie de contradição em termos). E como ele mostrou, ou talvez como eu queira ver, o político é afetação. Logo, o poder é da ordem do simbólico. Em minha leitura, prefiro, então, falar em aparelho mercantil e não em aparelho de Estado. Retomando Jacques Lacan (2005), talvez a ideia do nó como suporte do sujeito – e aqui, ousa a pensar o nó em relação à forma-sujeito – ajude-nos a compreender as tecituras entre as estruturas do edifício e os

registros psíquicos. Diante do simbólico, do imaginário e do real, Lacan questionou: qual seria o quarto elemento que sustentaria o sujeito? O nó... algo insuperável que se coloca entre o simbólico, o imaginário e o real, possibilitando a relação radical. O nó que ataria o ideológico ao imaginário, que costuraria o político ao simbólico e que atravessaria a falta, o silêncio e o vazio (real) em direção ao econômico, deixando sempre aberta a fôrma da *forma-sujeito* (Jappe 2021),<sup>2</sup> para que o reconhecimento e para que o chamamento não vacile, sempre ocorram.

O aparelho mercantil é da burguesia. O Estado é apenas uma peça do engenhoso funcionamento mercantil. Uma peça que serve para neutralizar os anseios revolucionários, que serve para pacificar as lutas de classes; criando a ilusão de que ou o Estado garantiria com exclusividade a estrutura de exploração burguesa, devendo, portanto ser destruído pela classe trabalhadora, de modo a concentrar contra essa peça toda a tática dos explorados, deixando necessariamente as demais instituições reprodutoras das condições de produção do modo de destruição capitalista livres para eternizar a exploração mercantil; ou o Estado, em sua construção democrática, expressaria o lugar a ser conquistado e reformado esporadicamente, sendo corrigido em momentos oportunos, visto que seu controle dependeria apenas de organização em grupos partidários que, em iguais condições, lançar-se-iam a mobilizar as paixões da nação. Dessa forma, com a ilusão de igual participação e igual afetação, afinal uma pessoa um voto, o modo de produção capitalista fez-se eterno. Ao inventar o cidadão, houve o genocídio da classe trabalhadora. A invenção do cidadão significou a pacificação e o desmantelamento, pensam eles, das lutas de classes.

A partir dessa clivagem, podemos compreender a enunciação literária: a literatura como peça da aparelhagem mercantil, logo atravessada pelo político, pelo ideológico e sobredeterminada pelo econômico, além de necessariamente atrelada ao funcionamento da forma-sujeito moderna, aí intervindo o nó como suporte das posições subjetivas ensejadas na e pela enunciação literária: leitores, autores, personagens, editores, consumidores.

Nó que, em minha leitura, possibilita a relação radical das camadas estruturais e dos registros psíquicos, o que nos permite compreender a eficácia simbólica e imaginária da enunciação literária e seus efeitos. A literatura acontece no mundo, num mundo marcado e significado pela exploração da força de trabalho, num mundo cuja força motriz se configura na exploração do medo e da esperança como reprodutibilidade das suas condições de produção.

Longe de fazer da inscrição literária uma exemplificação/pretexto para debater questões que supostamente ultrapassariam seu contexto e suas condições de produção, entendo, com Gilles Deleuze (2017), que a enunciação literária se configura como uma máquina de visualidade, isto é, como uma máquina de fazer ver, como também, inegavelmente, constitui uma máquina de dizibilidade, de fazer falar. E aqui é preciso dimensionar a complexidade da instituição literária, peça da aparelhagem mercantil, tanto do aparelho ideológico cultural quanto do aparelho político afetivo e sobredeterminada pelo econômico.

Se tudo está visível e não há nada oculto, tal qual compreendia Foucault (2019), precisamos perseguir os sinais e sintomas que pululam no arquivo vivo da enunciação. A literatura, como instituição afetada pelas lutas de classes na história, faz ver e faz dizer, possibilitando a significação, fazendo-nos perceber algo de uma determinada forma e não de outra, concretizando certos sentidos e não outros. As visibilidades e as dizibilidades instanciadas pela enunciação literária condicionam certa maneira de ver e de dizer determinados sujeitos, acontecimentos, classes, interesses. O arquivo da enunciação literária é da ordem da *imaginação material*. Como nos lembra Gaston Bachelard (2002), a imaginação material é um produto da mão. E a mão, por força da história, expressa uma metáfora da força de trabalho e, conseqüentemente, de sua exploração:

A mão ociosa e acariciante que percorre as linhas bem-feitas, que inspeciona um trabalho concluído, pode se encantar com uma geometria fácil. Ela conduz à filosofia de um filósofo que vê o trabalhador trabalhar. No reino da estética, essa visualização

do trabalho concluído conduz naturalmente à supremacia da imaginação formal. Ao contrário, [na imaginação material] a mão trabalhadora e imperiosa aprende a dinamogenia essencial do real, ao trabalhar uma matéria que, ao mesmo tempo, resiste e cede como uma carne amante e rebelde (Bachelard 2002 14).

Compreender a literatura desde a imaginação material resulta compreendê-la como tributária da mão, tributária das relações de produção e das forças produtivas. Para Bachelard (2002), a imaginação material baseia-se no poder de manipulação e de transformação da matéria, no poder de significar o mundo, participando de sua criação, pois opera em sua percepção. A imaginação é, assim, alquímica:

[...] atua pela resistência e pela operatividade da mão em confronto com a materialidade do mundo, entendido como provocação concreta. Ao demandar a intervenção do homem, a matéria torna-se oportunidade para realização e incentivo à própria imaginação. Em outras palavras, a imaginação produz imagens e se configura nessas imagens. (Rea 2009 51).

Embora, em Bachelard (2002), a imaginação material não esteja diretamente ligada às forças produtivas e às relações de produção, entendo que essa seja uma decorrência interpretativa possibilitada por sua leitura, uma vez que Bachelard

[...] exalta a força imagética da imaginação material, ressaltando que a imaginação não deve ter origem na contemplação passiva e ociosa do mundo, apreendido visualmente como puro espetáculo. O ato de imaginar resulta, pois, do confronto, de um verdadeiro corpo a corpo, no qual o homem ativo se dinamiza no embate com a concretude do mundo. (Bulcão 2013 19).

O homem ativo é um produto das relações sociais materiais, um produto da socialidade capitalista. O homem ativo é um efeito do enquadramento da forma-sujeito. Dessa forma, os *arquivos da imaginação* – tomando emprestada a expressão conceitual de

Iago Moura<sup>3</sup> – pressurizados pela história, pela memória, pelo confronto ideológico, lançam luzes em determinados sentidos, na tentativa de condicionar a interpretação, pois há direcionamentos de significação. É nesse sentido que Deleuze (2017) compreende a literatura como um procedimento maquínico que faz ver e faz dizer algo de determinada forma e não de outra.

O leitor é chamado a falar e ver, é chamado a significar, a concretizar sentidos. Não há escapatória. A enunciação literária obriga a interpretação extralinguística, obriga a referencialidade, obriga a significação histórica, obriga a tomada de partido na defesa dos interesses e dos afetos de classe. A significação não possibilita recusa em relação às coordenadas ideológicas. Não há neutralidade interpretativa. Toda interpretação traz em si o confronto político, ideológico e econômico, traz em si as lutas de classes.

Se a história é a história das lutas de classes, a interpretação é a tomada de posição no confronto, queiramos nós ou não, percebamos ou não. A literatura é uma das arenas da luta. O debate se ela fala ou não do mundo pouco importa, pois participa da significação do mundo, da significação da sociedade mercantil, da percepção dos atores em guerra, da concretização da ideologia dominante, da afetação em favor de determinada classe, do escoamento da ideologia dominada, da perpetuação da memória dos explorados, da edificação dos monumentos dos exploradores, mas pode também participar da destruição desse mundo edificado na eterna reprodução da exploração.

Ler é tomar partido, ler é permitir-se enquadrar ou resistir ao enquadramento da forma-sujeito. A leitura é, em si, uma relação radical, um confronto de posições de sujeitos, de posições ideológicas, uma luta entre afetar e ser afetado. Sentidos em guerra disputando o leitor, essa posição localizável da forma-sujeito. Sujeitos leem e emergem na leitura. A leitura é um dispositivo de captura e de reconhecimento. A leitura é uma batalha; a literatura, uma das suas arenas. Por isso, a literatura traz sempre a possibilidade virtual, mas não contemplativa, da morte (Foucault 2016; 2019). Não de qualquer morte, sem singularidade, mas da morte



dos explorados da terra. Ler é saber, sem possibilidade de fuga, pelo menos em um instante, que há uma guerra em curso, que há genocídio da classe trabalhadora. Ler é saber que estão nos matando, que estão sugando nosso tempo de vida. A ideologia burguesa não pode apagar isso, pois a condição de possibilidade da significação é a própria luta. Nesse sentido, a enunciação literária comparece como um dos lugares de atualização, integralização e diferenciação política, ideológica e econômica. Percebe-se que, em nossas sociedades de exploração da força de trabalho, a literatura, como forma político-ideológica conformada pelo econômico, funciona como um signo social ritualizado que é criado e consumido, que existe. Há literatura enquanto efeito simbólico e/ou imaginário. Longe de ser apenas transgressão, como viu em alguns momentos Foucault (2016), por talvez ter deixado escapar o ideológico, a literatura é o espaço morto da repetição, da reprodução, da reatualização. Contudo, há de se desconfiar que a repetição pode conjurar o movimento. Não há, portanto, como sustentar que a literatura se dobre apenas sobre si, como se a linguagem estivesse em uma dimensão outra, como se houvesse qualquer forma de experiência originária, pré-linguística. A literatura não pode tratar da linguagem em sua dobra, pois há mundo. E a dobra é o que permite significá-lo. A espacialidade literária como espacialidade da linguagem, esquece da enunciação, portanto, esquece da espacialidade da história, da memória, do social.

Não precisamos fazer da literatura pretexto para levantar o debate da referencialidade como acusam certos críticos que sonham com uma análise literária estritamente fechada na forma. Esquecem-se que a forma abstrata é condicionada pelas estruturas, o que, nos termos de Eni Orlandi (2012), já implica relações estruturais e com a exterioridade. E tal condicionamento, mesmo quando desprezado, significa. Ainda que a ideologia dominante tente apagar seus direcionamentos, esvaziando a luta de significação, os vestígios da luta insistem, a poeira do confronto persiste e faz-se presença.

Como prática enunciativa, a literatura é um conjunto de regras históricas determinado espaço e temporalmente, que não tem uma função no seio da sociedade ou das artes, mas sim funcionamentos sociais atravessados e condicionados pelas coordenadas políticas e ideológicas, sobredeterminados pelas condições do exercício do econômico e da sua reprodutibilidade. Isso significa encarar a literatura como ato de fala, ou seja, não a tomar como enunciação descritiva da realidade, mas como uma forma de ação na/sobre realidade, uma forma de ação direcionada e condicionada historicamente que produz sua posição subjetiva, enquadrando-a nos limites moldados na forma-sujeito: o leitor / intérprete. A literatura é um dos lugares de atualização, de realização, de transformação e de memória dos enunciados; logo, um arquivo da imaginação material. Um arquivo que pode, quando questionado e escavado, fazer ver a gestão da imaginação, o controle do sonho, da utopia, os mecanismos de exclusão da vontade de revoltar-se, os procedimentos que tentam tornar a revolução inimaginável e que constroem o hiper-realismo capitalista: “[...] o ato estético é em si mesmo ideológico, e a produção da forma estética ou narrativa deve ser vista como um ato ideológico em si próprio, com a função de inventar ‘soluções’ imaginárias ou formais para contradições sociais insolúveis.” (Jameson 1992 72).

Penso que a análise literária deve continuar sendo, cada vez mais, disputada pelos explorados, de modo a lançarem luzes no silenciamento das vozes dos excluídos, principalmente nas enunciações revolucionárias, atualizando a memória da revolução, cuja significação precisa transcender os limiares da impossibilidade. A classe trabalhadora não pode se dobrar à ilusão da leitura sem classe, da interpretação espontânea. Não lemos apenas, disputamos espaço, somos afetados, afetamos, somos capturados, resistimos, confrontamos as artimanhas da ideologia burguesa... A leitura é uma guerra, uma guerra de classes. No mais das vezes, nem percebemos que estamos no campo de batalha. O materialismo pode, acredito eu, fornecer instrumentos para que possamos construir melhores táticas, disputando conscientemente a significação, à espera da *pega* da revolução (Althusser 2005), à espera do

aleatório acontecer. Construir táticas de disputa consciente na luta de classes não significa tomar partido pelo voluntarismo. Significa, contudo, acreditar que a revolução, assim como a morte, pode ter sua desculpa.

Aqui é, talvez, interessante trazer o conceito, de Fredric Jameson (1992), de *inconsciente político*. Para o autor, há uma ordem anterior que pressuriza toda interpretação e significação, de modo que o texto sempre se apresenta como já-lido e já completo de sentidos. Lemos por mediações: camadas de sedimentações interpretativas prévias movimentadas e atualizadas pela memória do social, pela ideologia, pelo econômico, pelo político. Somos sempre herdeiros de uma interpretação, ou melhor, de um legado de sentidos, que já começaram antes de nós. A leitura que pensamos fazer é sempre anterior ao nosso enquadramento como leitor; enquadramento que só é possível pois herdamos as leituras que fazem-nos acreditar que somos seus senhores, quando, em verdade, condicionam-nos.

Contudo, como mostrou Orlandi (2012), e em alguma medida também Althusser (2008), embora haja sempre espaço para a contradição, para as falhas, para o mau funcionamento, para a má interpretação, para os sentidos outros e, eu acrescentaria, para a imaginação do acaso, não há espaço para quaisquer sentidos, não há espaço para quaisquer imaginações. Como aclarou Iago Moura (2021), a história intervém nisso:

Sob a égide da lógica da diferença (diferença sem contradição, eu diria), o equívoco se faz representar, simetricamente, no campo dos 'indecidíveis' (Derrida 2001). Aí 'o dois' está para o tempo 'um'. Desde uma posição materialista, a história, parece-me, sempre o decidirá, determinando, no bojo de um estado de conjuntura, que as direções de sentido se organizem uma 'por cima' e outras 'por baixo' – e isso em 'um tempo' sempre cortado pelos relevos de anacronia que lhe são constitutivos. (Moura 2021).

Logo, a história força um sentido, uma imaginação que trata de lançar as demais no regime do inenarrável, do impossível, do inaudível. Não há espaço para a esperança movimentada pelo

bobo da corte, quando ele mesmo está em risco constante caso não provoque o nosso riso e nos faça esquecer que, a nossos pés, seguem os grilhões. Para aqueles que sonham com um mundo modificado pela educação, pela leitura, pela literatura, como que num passe de mágica, só podemos constatar: esse sonho é do capital: “Nadie enseña la literatura: se enseña a anestesiarse la violencia que encubre la literatura. De ahí que la literatura sea el eslabón débil de la ideología burguesa [...]” (Sollers 1974 58). Disso decorre que

A reconstrução da consciência de classe é, de fato, uma tarefa formidável, que não será alcançada com soluções prontas e fáceis. Mas, ao contrário do que nossa depressão coletiva nos diz, é uma tarefa que pode ser realizada: inventando novas formas de envolvimento político, revitalizando instituições que se tornaram decadentes, convertendo o descontentamento privatizado em raiva politizada. Tudo isso pode acontecer, e, quando acontecer, quem sabe o que será possível? (Fisher 2022).

Talvez já não sonhemos, talvez já não sejamos capazes de delirar, talvez nos reste a racionalidade democrática que apaga todo dissenso e coloniza o pulsar de nossa vontade de morte e de nossa vontade de matar, que coloniza nosso ódio de classe. Ou, talvez, precisemos construir outros sonhos, outras imaginações. O sonho que precisamos construir: foice e martelo para quem sabe, sonharmos outra vez um dia, ou para termos o nosso “primeiro sonho”.

## 2. O drone como funcionamento: guerra, controle e visualidade

Retomo a enunciação literária *A máquina de governar*, de Philip K. Dick. Primeiro, uma breve contextualização do enredo da novela. Creio que, neste momento, a digressão introdutória faça mais sentido e almejo, quem sabe, costurar as linhas que deixei soltas, mostrando que o sujeito em e da literatura emerge e, portanto,

deve ser analisado a partir das estruturas e suas determinações, das tessituras e urdiduras do nó que a tudo impõe significados e nos obriga a interpretar, posicionando-nos nas coordenadas ideológicas.

Neste subitem, objetivo apresentar minha análise dessa enunciação literária pelo que ela me faz ver e me faz enunciar em sua complexa significação que, embora não seja *a priori*, pode contar com direcionamentos impregnados na forma-sujeito que me molda. Contudo, preciso lidar com a imprevisibilidade dos sentidos que decorre da historicidade que me constitui, ainda que a história intervenha aí para cristalizar o acaso e conjurar o acontecimento interpretativo, não em favor dos interesses do capital, mas como efeito da luta e do embate. Ainda é possível, assim,

[...] vislumbrar um mundo de estruturas mais povoado por indivíduos pensados como polos de potência desejante, cujo desejo, precisamente, pode por vezes aspirar a escapar das normalizações institucionais e, em determinadas condições, pode se juntar a elas. Porque existem desejos e afetos [...], existem forças motrizes no seio das estruturas, forças frequentemente determinadas pela reprodução do mesmo, mas eventualmente capazes de se mover em direções inéditas, que vêm quebrar o curso ordinário das coisas, ainda que sem escapar à ordem causal da determinação [...] (Lordon 2015 11).

Dito isso, preciso antecipar o que essa enunciação me faz ver e me faz dizer: o funcionamento do bolsonarismo como máquina técnica do capital desde a tecnologia política e ideológica do drone no recorte do sistema sexo-gênero. Dessa forma, não me interessa pensar, a partir dessa enunciação literária, o governo de Jair Bolsonaro como um período histórico da política brasileira, tampouco me interessa pensar a figura empírica de Bolsonaro. Interessa-me compreender o funcionamento bolsonarista como paradigma ideológico, político e econômico, como *máquina técnica* da máquina de guerra do capital (Lazzarato 2019), ou seja, compreender o bolsonarismo como paradigma que extrapola a formação social brasileira, mas que, ao mesmo tempo, carrega

certas singularidades da periferia do *sistema-mundo*, de tal modo que “A formação e evolução do sistema mundial capitalista deve orientar a análise das experiências nacionais, regionais e locais buscando resgatar as dinâmicas históricas específicas como parte de um esforço conjunto da humanidade por superar a forma exploradora, expropriatória, concentradora e excludente em que este sistema evoluiu.” (Santos 1998 33). Logo, compreendo que o bolsonarismo não é um fenômeno estritamente “brasileiro”, mas um sintoma do modo de produção, exploração e destruição capitalista, mais um dos seus engenhosos funcionamentos de sustentabilidade, assim como o fascismo histórico nunca fora uma experiência exclusivamente italiana e alemã, mas sim um funcionamento de sobrevida e de eternização da exploração burguesa.

Em *A máquina de governar* temos uma realidade distópica, futurística, na qual uma poderosa organização governamental, chamada de a Unidade, ascendendo após uma catastrófica guerra, toma o controle dos territórios (antigos países). Nessa realidade, não há mais fronteiras, apenas zonas administrativas. A Unidade é responsável por criar, manter e defender o governo regido por uma máquina técnica denominada *Vulcan AI*, um supercomputador que assume as questões relativas à organização política dos territórios da Unidade. Vulcan governa por meio de algoritmos, delimitando o cumprimento de suas políticas sem, aparentemente, quaisquer possibilidades de intervenção do elemento humano.

Os dissidentes são cruelmente perseguidos e eliminados. Vulcan não vacila em fazer exatamente aquilo para o qual fora programado: tornar a Unidade eterna. Sua atuação está direcionada à defesa dos interesses da Unidade. E por mais que a Unidade se empenhe em mostrar que o governo técnico é autônomo e soberano, restando à Unidade apenas questões sobre a manutenção do sistema automatizado, Vulcan, a máquina técnica, está a serviço da Unidade, a máquina de guerra.

Vulcan é programado para eliminar qualquer tipo de ameaça. Em seu código-fonte, uma ameaça é definida como qualquer pessoa ou grupo que se oponha à Unidade, a Vulcan, ou que critique

a organização política dos territórios. Ao identificar quaisquer suspeitas de perigo ao funcionamento da governança técnica, Vulcan age de modo a exterminar o possível risco, ainda que esse não seja confirmado. Para caçar e eliminar os dissidentes, Vulcan conta com uma rede de milhares de drones (termo não utilizado na novela de 1960, visto que ainda não existia tal tecnologia, pelo menos, não assim nomeada). Os drones de Vulcan possuem a aparência de martelos, por isso a novela tem como título *Os martelos de Vulcan* (*Vulcan's Hammer*). Os martelos/drones são peças da máquina técnica (Vulcan) cujo funcionamento está direcionado a perpetuar e reproduzir as condições de produção da máquina de guerra (Unidade). Vulcan age por meio de pequenos artefatos tecnológicos aéreos equipados com câmeras e armamento. Instrumentos necessários para executar sua programação, garantindo a eternização do poder político da Unidade, garantindo a governança oculta da Unidade. Esses artefatos se assemelham ao que hoje conhecemos como drones.

Vulcan se faz onipresente e onisciente. Está em todo lugar. Seus martelos adentram qualquer espaço. Sua corporalidade transcende o geograficamente estabelecido. Seu poder de morte não encontra limites territoriais. Vulcan é a automatização do controle dos corpos. Vulcan é a máquina técnica sonhada pela burguesia. Vulcan é a eternização do capital.

Como destacado por Grégoire Chamayou (2015), o drone é um equipamento militar, podendo ser aéreo, terrestre ou marítimo, utilizado como equipamento de guerra, com objetivo de matar, sem que coloque em risco a vida do soldado-operador. Por isso, Chamayou (2015) compreende que o drone modificou a estrutura da guerra, uma vez que o exército de drones retira o exército humano do campo de batalha. O operador do drone não é mais apenas um militar, mas é agora um jogador que, no conforto das instalações seguras, enquanto toma seu café, direciona a máquina de destruição, podendo executar milhares de vidas à distância ou destruir reservatórios de água, plantações, armazéns de comidas, como também escolas, hospitais, instalações comerciais.

O drone borra os limites que separavam o civil do militar em termos de guerra, pois o elemento humano é retirado do campo de batalha. E esse campo já não passa de uma virtualidade, visto que os ataques com drones são direcionados contra toda a população, como é possível observar com seu uso pelo exército norte-americano no Oriente Médio. Destaca-se que o drone, como instrumento de guerra, quando utilizado pelas potências imperialistas adentra, sem grandes consequências, territórios soberanos. O drone não conhece de fronteiras e não conhece de soberania. Os ataques com drone ocorrem, em regra, contra países que efetivamente não estavam em guerra contra a potência imperialista. O drone é, assim, um instrumento com poder de começar guerras instantaneamente. Com o pretexto criado após o 11 de setembro, o drone tornou-se o principal instrumento de colonização. É pelo uso desses artefatos que as potências garantem seus interesses, desestabilizando governos, assassinando lideranças políticas, impedindo o desenvolvimento de programas anti-imperiais. Não nos enganemos, o drone é uma arma econômica. Sua função não é apenas matar, mas garantir os interesses econômicos das potências colonizadoras.

Em sua função de aparato tecnológico da máquina técnica, o drone desempenha, pelo menos, quatro estratégias, a saber: a) destruição/guerra; b) visualidade; c) discursividade; e d) controle. Sobre a primeira, já traçamos a sua atuação. É sobre essa estratégia que Chamayou (2015) se detém explicitamente. Embora não aborde diretamente as demais, penso que tais reflexões estejam em estado de latência em sua análise. Em sua definição: “Dispositivos de vigilância aérea convertidos em máquinas de matar, a melhor definição dos drones é, sem dúvida, a seguinte: ‘Câmeras de vídeo voadoras, de alta resolução, armadas de mísseis’.” (Chamayou, 2015, pp. 16).

Como tática de visualidade, o drone identifica o suposto inimigo, marcando-o como terrorista, como vida hostil. Essa tática não é utilizada apenas no território externo. Os drones, cada vez mais, estão sendo utilizados nos espaços civis, nos aeroportos, no território imperialista. O drone é, nesse sentido, definido como



um instrumento de segurança. Os olhos sempre vigilantes capazes de identificar os inimigos disfarçados no meio dos cidadãos, capazes de desmascarar as ameaças que se ocultam entre “nós”. Por isso, os drones são máquinas de visualidades, máquinas de identificação facial, *máquinas lombrosianas* que algoritmicamente reconhecem os traços e signos da inimigalidade. Traços esses definidos por aqueles que têm o poder sobre os drones: a burguesia branca, cristã, masculinista, cisgênera...

Ao definir e identificar o inimigo, o drone, equipado com câmeras, produz imagens da inimigalidade. Imagens que são exaustivamente reproduzidas, compartilhadas, de modo a criar uma memória visual dos signos que devem ser temidos, que devem causar repulsa, que devem ser destruídos. Tais imagens despertam também outro tipo de afetação. As imagens de destruição dos supostos inimigos são comemoradas. O drone é um aparato de comemoração, de afetabilidade. Os cidadãos do império reúnem-se para assistir à execução, sem chances de defesa, daqueles definidos como ameaças. Execuções visualizadas, muitas vezes, em tempo real, há milhares de milhas de distância:

Um oficial da Air Force, David Deptula, enunciou a máxima estratégica fundamental: ‘A verdadeira vantagem dos sistemas de aeronaves não pilotadas é que permitem projetar poder sem projetar vulnerabilidade’. ‘Projetar poder’ deve ser entendido aqui no sentido de estender a força militar para fora das fronteiras. É a questão da intervenção militar no estrangeiro, problema do poder imperial: como, a partir do centro, fazer irradiar sua força no mundo que constitui sua periferia? Por muito tempo, na história dos impérios militares, ‘projetar poder’ foi sinônimo de ‘enviar tropas’. Mas é precisamente essa equação que se trata agora de romper. A preservação pelo drone se dá pela remoção do corpo vulnerável, deixando-o fora do alcance. Pode-se ver aí a concretização de um desejo antigo, que anima toda a história das armas balísticas: aumentar a extensão de modo que se possa atingir o inimigo a distância, antes que este esteja em condições de fazer o mesmo. Mas a especificidade do drone deve-se ao fato de ele jogar em outro segmento de distância. Entre o gatilho, que o dedo aperta, e o canhão, de onde a bala vai sair, intercalam-se agora milhares de

quilômetros. À distância do alcance – distância entre a arma e seu alvo – acrescenta-se a do telecomando – distância entre o operador e sua arma. (Chamayou 2015 17).

O drone projeta o poder da máquina de guerra, do capital. O drone é a tropa imbatível sonhada pela burguesia imperialista, cuja função é causar uma destruição invisível, projetando o poder do capital. Com isso, o drone cria uma narrativa sobre os ditos inimigos. Produz um discurso sobre a ameaça, fabricando o inimigo. O drone é uma máquina de discursividade. Ele narra a ameaça, produz o estado de medo. Afinal, todos devem temer o inimigo, ainda que esse se encontre distante. É preciso atacar antes que eles possuam condições de ataque. O drone faz ver o inimigo. O drone faz proliferar discursos sobre a ameaça, sobre o risco, sobre o perigo que o outro supostamente significa. O drone diz a ameaça, diz a inimigalidade. O drone faz falar. Convoca a todos para que digam algo sobre o inimigo. O drone faz imperar a fala sobre o inimigo. Obriga o discurso da ameaça.

Assim, participa da manutenção e perpetuação do estado de medo pela democracia liberal cujo fundamento é o medo como mercadoria. Disso decorre que o drone é um aparato de controle. Participa ativamente da gestão política. Logo, o drone é uma peça da aparelhagem mercantil afetiva. Uma peça que funciona tanto repressivamente, mobilizando o medo, criando inimigos virtuais e reais, que devem ser temidos; medo que também mobiliza a reação dos potenciais inimigos, os explorados temem cada vez mais serem enquadrados nas câmeras dos drones, em mais um processo de reforço da sua sempre presente inimigalidade virtual; como funciona pela produção, mobilizando a esperança no Estado, na democracia, na governança técnica, em Vulcan que será capaz de agir previamente com seus drones, eliminando a ameaça futura. O drone, assim, reforça a confiança na autoridade, na Unidade, no capital: “Ao maximizar a proteção das vidas militares e ao fazer da inviolabilidade de sua safe zone a marca de sua força, a tendência é que o Estado-drone oriente as repesalias para sua própria população.” (Chamayou 2015 75).

Ao considerar o Estado-Drone como uma invenção neoliberal transmutada a partir das ditaduras de segurança nacional na América Latina nas décadas de 1960-1980, devemos pontuar que esse paradigma foi forçado a recuar de seu modelo autoritário por força do ideograma cosmopolita, do suposto fim da sociedade de inimigo, da governança técnica, por força da ideologia dominante que impunha o imaginário do fim das ideologias e do apagamento da memória da Revolução de 1917, após a dissolução da URSS, em 1991. Contudo, considerar que “O outro como inimigo é levado ao desaparecimento”, a ponto de afirmar que “A negatividade do inimigo, que atua imunologicamente, não faz parte da constituição da sociedade de desempenho neoliberal” (Han 2021 38-39) é ser, acredito, capturado pela ilusão de liberdade liberal, apagando que a história dos explorados mostra que não houve liberalismo ou neoliberalismo que não estivessem ancorados na experiência colonial, imperialista e autoritária. Byung-Chul Han (2021), talvez por sua posição de intelectual do Norte, não consegue enxergar que o inimigo nunca parou de ser produzido, que a gestão do medo-esperança é o motor que alimenta a indústria capitalista. Para nós, trabalhadores terceiro-mundistas, a guerra nunca cessou. Sempre habitamos campos de batalhas. Nunca houve paz. Guerra operada desde o norte global.

Contraditoriamente, é no período de florescimento da democracia cosmopolita, da sociedade de risco, que o funcionamento do drone chega ao seu apogeu. Talvez Han (2021) não perceba que o desaparecimento do inimigo é, em verdade, uma transmutação de uma sociedade do grande inimigo comunista para uma sociedade de inimigos infinitesimais, dos terroristas virtuais em que nós, os explorados, somos subjetivados. Sua posição não permite perceber que houve a capilarização do inimigo. Para os divergentes, dissidentes sexuais, de raça, de gênero, para a classe trabalhadora, sempre houve inimigalização. Por isso, não há o retorno da produção da inimigalidade, tal qual denunciam os intelectuais do Norte epistemológico. O que hoje eles percebem com espanto, os explorados do Sul já combatiam política e ideologicamente.

A inimigalização adentra o campo de visualidade global com o populismo de extrema direita (certo pleonasmo), que ganha força no Norte a partir do fatídico 11 de setembro e a consequente guerra ao terror como paradigma dominante da política ocidental. Guerra ao terror que nunca cessou, frise-se, mas que rompe o limiar político de dominância com tal acontecimento. É preciso destacar que as potências imperialistas nunca deixaram o empreendimento colonial, explorando, pelas guerras, as periferias do sistema-mundo.

Maurizio Lazzarato (2019) considera ainda a importância da derrocada do reformismo neoliberal com a crise de 2008 como acontecimento que trouxe a guerra para o campo de visibilidade dominante; o que estaria entre as causas do apelo burguês ao fascismo contemporâneo como salvaguarda da democracia liberal. Como não exista ameaça real ao capitalismo hoje, a burguesia pode livremente gerir o fascismo à luz do dia. Tal gerenciamento, conforme pontua Lazzarato (2019), é acompanhada pela ascensão de um ódio feroz às minorias sexuais, raciais, de gênero. Ódio esse que é, não percamos de vista, administrado e sobredeterminado pelas contradições de classes. As lutas de classes são neutralizadas pela gestão de *guerras de subjetividades* (Alliez; Lazzarato 2021), de modo que “O racismo, o fascismo, o nacionalismo e o sexismo são necessários para a reprodução das divisões de classe, raça e sexo, pois, a partir da derrocada financeira abriu-se uma fase de radicalização política que os ‘automatismos’ da economia e a governamentalidade já não conseguem mais controlar.” (Lazzarato 2019 40). A guerra, o fascismo, o autoritarismo, o racismo, o sexismo, o colonialismo são típicos da democracia burguesa, são típicos do capitalismo. Por isso, não há retorno da inimigalidade, do fascismo ou da guerra. É preciso guardar o espanto: “A espantosa velocidade com que a democracia pode se transformar em fascismo tem suas raízes na cegueira produzida pela divisão do trabalho e pelo consumo que afeta, em diferentes graus, cada um de nós. O ‘não ver, o ‘não sentir’ se espalhou pela Europa sem encontrar obstáculos.” (Lazzarato 2019 170), afinal tratava-se de mais uma das experimentações imperiais nos

campos coloniais. Contudo, a singularidade gestada na periferia do sistema-mundo agora rompe o limiar de macrovisibilidade político. A hibridização torna-se o paradigma em dominância, ainda que em graus diferentes, visto que seus efeitos mais devastadores são impostos as periferias do capitalismo. Se um dia a burguesia temeu a automatização do fascismo, hoje, ela goza da segurança de sua administração no seio da democracia liberal.

Faz-se necessário diferenciarmos a máquina de guerra, o capital, de sua máquina técnica: “A exploração da força de trabalho em escala mundial é o que define o capitalismo, mas como logística, pela primeira vez, ela é o resultado de uma máquina ‘produtiva’, tecnológica, informacional, administrativa e militar-policial integrada.” (Lazzarato 2019 60). O capital é, assim, muito mais do que um modo de produção, constitui um modo de destruição, isso é, uma máquina de guerra. Dessa forma, “A guerra não é apenas o modelo genealógico da cadeia do valor, mas também um componente indispensável do funcionamento contemporâneo da circulação do capital, pois a dimensão transnacional da logística requer um modelo de ‘segurança’ que não está mais concentrado no estado-nação”. (Lazzarato 2019 59). Para usar o conceito de Sayak Valencia (2012), estamos diante de um capitalismo gore:

[...] con dicho término nos referimos al derramamiento de sangre explícito e injustificado, al altísimo porcentaje de vísceras y desmembramientos, frecuentemente mezclados con la precarización económica, el crimen organizado, la construcción binaria del género y los usos predatorios de los cuerpos, todo esto por medio de la violencia más explícita como herramienta de ‘necroempoderamiento’. Denominamos ‘necroempoderamiento’ a los procesos que transforman contextos y/o situaciones de vulnerabilidad y/o subalternidad en posibilidad de acción y autopoder, pero que los reconfiguran desde prácticas distópicas y desde la autoafirmación perversa lograda por medio de prácticas violentas rentables dentro de las lógicas de la economía capitalista. Dentro de éstas, los cuerpos son concebidos como productos de intercambio que alteran y rompen el proceso de producción del capital, ya que subvierten los términos de éste al sacar de juego la fase de producción

de la mercancía, sustituyéndola por una mercancía encarnada literalmente por el cuerpo y la vida humana, a través de técnicas de violencia extrema como el secuestro, la venta de órganos humanos, la tortura, el asesinato por encargo, etcétera. (Valencia 2012 2).

Já a máquina técnica é a estrutura logística garantidora da exploração da força de trabalho. São os funcionamentos político-ideológicos desde o enunciativo automatizados pelo capital que recolocam as condições de produção do modo de produção capitalista, a exemplo da governança empresarial supostamente apolítica. O modelo neoliberal de governamentalidade funciona de modo a esvaziar o político, neutralizando as lutas de classes. O governo técnico é fruto da racionalidade neoliberal autoritária. O governo como gestão empreendedora. Nesse paradigma, não haveria políticos, mas sim gestores. É o funcionamento pelo qual opera Vulcan. Contudo, como sabemos, Vulcan, a governança empresarial, funciona a serviço da máquina de guerra do capital. A máquina técnica da governança serve à reprodução e manutenção da máquina de guerra.

Enquanto a máquina técnica e seus aparatos e funcionamentos tecnológicos, a exemplo do drone, são automatizadas, tendo sua esfera de atuação definida na execução, a máquina de guerra não pode ser automatizada, sua esfera é a da decisão: “acima de tudo podemos compreender por que a máquina de guerra prima sobre a máquina técnica, porque automação e decisão, despersonalização das relações de poder pela técnica e estratégia política não se opõem. Muito pelo contrário, a técnica vai favorecer a decisão e a estratégia.” (Lazzarato 2019 131). A máquina técnica não goza de autonomia, não decide, é uma escrava da máquina de guerra. Por isso, o autor discorda da ideia de que somos governados por algoritmos, visto que esses estão na esfera da execução automatizada. Se as máquinas técnicas são escravas, é preciso questionar pelos seus senhores. Por aqueles que decidem.

Devemos considerar que “A máquina de guerra nunca tem um funcionamento impessoal, mesmo quando parece funcionar automaticamente, pois os ‘burocratas e os tecnocratas’ são sempre

adjacentes aos automatismos técnicos ou sociais, prontos a intervir quando dá um ‘pane’ político ou econômico.” (Lazzarato 2019 143). Logo, a automatização resultada da estratégia do capital: a execução está subordinada à decisão. E, no capitalismo, a decisão está localizada na arquitetura burguesa.

Voltemos à enunciação literária *A máquina de governar* e o que me obriga a dizer e a ver. Penso que Vulcan é uma boa metáfora para compreender o funcionamento político, ideológico e econômico do bolsonarismo. Ambos constituem máquinas técnicas a serviço da máquina de guerra do capital. Assim como Vulcan funciona de modo a garantir a eternização do poder da Unidade, o bolsonarismo tem seu funcionamento enunciativo direcionado à eternização do modo de produção capitalista em seu paradigma contemporâneo de hibridização entre o estado de direito e o estado de exceção. O bolsonarismo não tem autonomia diante do capital. Sua esfera, assim como a de Vulcan, é a da execução. O fascismo-bolsonarista existe enquanto decisão do grande capital. É gerido e administrado pela burguesia. Disso resulta que a técnica funciona a garantir a reprodução das condições do modo de produção capitalista.

É nessa direção que Lazzarato (2019) entende que o bolsonarismo expressa um novo paradigma da máquina técnica. É a governança técnica, neoliberal, fundada no governo como gestão empresarial, ancorada no autoritarismo que não teme em se expor. Uma governança que busca, sem constrangimentos, afirmar seu passado autoritário. É o neoliberalismo que assume sua história de terror com orgulho. O bolsonarismo como máquina técnica da máquina de guerra tem seu funcionamento ancorado na produção de ameaças, na fabricação de inimigos fantasmados. Constitui, assim, um estado de simulacro da inimigalidade. O capital enquanto máquina de guerra precisa reproduzir a um estado permanente de instabilidade, de modo a mobilizar o medo aos supostos inimigos e reavivar a esperança no Estado burguês, na democracia autoritária.

O que nos mostra essa afirmação de uma memória positiva das experiências ditatoriais latino-americanas, agora não mais

negada pelo neoliberalismo, é que a prática da guerra é um componente da democracia burguesa. Em seu seio, a democracia precisa produzir inimigos para criar seu fundamento e necessidade. Não há democracia liberal que não se fundamente na hibridização entre corpos de direitos e corpos de exceções, na hibridização entre estado de direito e estado de exceção. Como alerta Lazzarato (2019), a máquina técnica é submetida à estratégia da máquina de guerra.

### 3. Considerações finais

O que até aqui traçamos sobre o drone, a partir das reflexões de Chamayou (2015), ousando, inclusive, ampliar suas reflexões para além do paradigma da guerra, toma diretamente o drone como aparato tecnológico da máquina técnica. Contudo, acaba desprezando, acredito, seu funcionamento político e ideológico que transcende o drone como aparelho físico. Aqui trato de pensar o drone como funcionamento, como corporalidade discursiva, como materialidade incorpórea.<sup>4</sup> O drone que opera sem que haja o drone físico. O drone como paradigma político e ideológico a serviço do capital. O drone como aperfeiçoamento do panoptismo. O drone como panoptismo flutuante, como controle sobre os afetos. Aqui não estamos mais no controle pela vigilância estruturado entre os séculos XVIII e XIX, observamos o controle pela gestão da dor, do fracasso, pela responsabilização pessoal, pela responsabilização de sua infelicidade. Noutro sentido, o drone é também da ordem da afetação. Para além da autorresponsabilização, o fracasso, o insucesso, a depressão e a infelicidade, sintomas coletivos do capital, devem ter no outro sua causa. Logo, o drone é da ordem do controle como campo de visualidade que define inimigos, como regime de discursividade que enuncia ameaças, mas também da ordem do controle da imagem pelas redes sociais, pela imposição da busca sem limites pela felicidade enlatada reproduzível pelas câmeras dos modernos aparelhos celulares (drones de comunicação e informação),



felicidade mensurável pelos *likes* obtidos nessa outra realidade que agora projeta a substituição da realidade material, com o metaverso e sua *metafungibilidade esquizo perpétua* como mercadoria.

O Estado-Drone que conceituou Chamayou (2015) é o estado do medo, é o estado surgido das experimentações neoliberais na América Latina com as ditaduras de segurança. É o Estado de segurança ditatorial com roupagem democrática. É o estado de segurança democrático. É a invenção neoliberal como paradigma político e ideológico dominante. O Estado-Drone é o estado que já não consegue sustentar a ilusão da *sociedade de risco*, é o Estado que retorna ao modelo inquisitorial, a sociedade de inimigos escamoteada pela ideologia da Terceira Via, da democracia cosmopolita sonhada por intelectuais da burguesia, a exemplo de Ulrich Beck (2010) e Anthony Giddens (1999): “Quando começamos a ter paz, a guerra recomeça. Porque, de fato, a guerra contra os mais frágeis nunca parou: [...] desta vez, a perversão é que, até agora, o projeto autoritário vem se estabelecendo com a roupagem da democracia.” (Lazzarato 2019 27).

O drone como funcionamentos ideológico e político específicos da máquina técnica expressa a produção de inimigos como gestão da guerra, componente essencial à reprodução do capital e à exploração da força de trabalho. Pensar o bolsonarismo como máquina técnica a partir do que pode fazer ver e fazer enunciar a inscrição literária de Dick significa refletir sobre os martelos do bolsonarismo, sobre seus funcionamentos social, enunciativo, político e ideológico de drone. Como destacado, o drone, para além do aparato físico, diz da gestão política e ideológica de inimigos. É uma gestão de paixões políticas, pois o drone produz discursos sobre os supostos inimigos, fabricando-os, mobilizando, com isso, afetos como medo e esperança. A produção e o gerenciamento da inimigalidade constituem a administração da guerra. Para não ser percebida como inimiga, a burguesia precisa administrar uma complexa gestão de ameaças virtuais. Dentre os drones mobilizados pela máquina técnica bolsonarista, nenhum foi tão utilizado quanto o drone responsável por produzir o inimigo sexo-gendrado.

Por isso, arrisco dizer que o combate à, assim denominada, ideologia de gênero é o operador central do bolsonarismo, cujo funcionamento permite-nos denominá-lo de cis-hétero-bolsonarismo (Afonso-Rocha 2021b). Embora muitos afirmem que essa centralidade se traduziria no anticomunismo ou no antipepetismo, compreendo que o fantasma do inimigo sexo-gendrado é responsável por reatualizar tanto o anticomunismo quanto o antipepetismo. Comunistas e petistas que, na gramática cis-hétero-bolsonarista, são sinônimos, atuariam em favor da dita ideologia de gênero. A esse funcionamento político-ideológico desde o enunciativo (fazer ver/fazer dizer) – sobredeterminado pelas contradições econômicas – de produção do inimigo sexo-gendrado compreendo como drone cis-heterossexista:

O governo Bolsonaro marca nossas vidas não por uma batalha para com um vírus e uma pandemia, não pela falta de promoção social e pela vida, mas por sua gestão amparada na carnificina, no ódio e na habilidade de promover guerras naquilo que ele diz defender: as famílias. O estímulo à guerra nos núcleos familiares sob constante produção e manipulação de mentiras fez com que pessoas em um mesmo grupo de afetos e amorosidades passassem a se estranhar e se odiar. Bolsonaro usou de técnicas de ódio para fomentar o que de pior havia em nossas casas e que há muito tentávamos discutir, melhorar e evoluir: a falta de respeito e empatia com as/os nossas/os. (York 2021 1325).

No fundo, o que cis-hétero-bolsonarismo faz ver é que não existe “comunista” que não seja “depravado moral”. E aqui opera uma plasticidade semântica, pois, na lógica bolsonarista, qualquer não-aliado que seja lido como ameaçador é narrado como comunista e/ou petralha (Afonso-Rocha 2021a). A ameaça comunista não é significada pela revolução armada, como foi em 1964 ou, antes disso, em 1935, mas pela revolução moral. Não são de se estranhar as polêmicas envolvendo a aprovação do Plano Nacional de Educação entre 2015 e 2017, com forte mobilização conservadora contra a “ideologia de gênero” nas escolas. O cis-hétero-bolsonarismo emerge num contexto mais amplo de tensões

entre religiosos e os governos de esquerda latino-americanos. De certo modo, a luta contra o comunismo cede espaço para a luta contra a ideologia de gênero. Nesse sentido, o cis-hétero-bolsonarismo constitui uma reação paranoica a uma suposta emasculação social, visto que, nessa lógica, os movimentos progressistas estariam, simbolicamente, amputando o pênis do varão. Esse fenômeno evoca a assunção de uma posição de combatente, um chamado à batalha, afinal, a guerra santa seria uma realidade:

Aqui, entramos na singularidade do bolsonarismo em relação às existências bichas. As particularidades do inimigo criado, ou reatualizado, pelo bolsonarismo são as sexualidades e os gêneros malditos. 'A mamadeira de piroca ganhou a eleição no Brasil', disse o ator e diretor Wagner Moura. Ou, muito antes dessa afirmação, ainda durante a corrida presidencial em 2018, o site *A Pública*, em editorial sobre as eleições, destacava a importância do discurso 'anti-homossexual' (diria: anti-dissidência de gênero e sexual) no desempenho de Bolsonaro no primeiro turno das eleições. Singularidade tão marcante que o editorial chegou a chamar de 'a eleição do kit-gay'. [...] Diante das dificuldades em produzir o inimigo político, a metáfora do combatente pela moralidade apareceu com força. A estratégia foi produzir os sujeitos cis-heterodissidentes como inimigos da nação, bem como reatualizar a equação enunciativa *comunista = devasso moral*. Para tanto, focou-se em expor como a eleição de Fernando Haddad, personificação da esquerda, essa homogeneidade imaginária produzida pela política do medo, significaria um passo decisivo do plano de destruição da família e da religião cristã. Ao passo que Bolsonaro 'representaria' o combatente pela moralidade. (Afonso-Rocha 2020).

O drone cis-heterossexista não é o único martelo do cis-hétero-bolsonarismo. Essa máquina de governança opera de maneira a produzir e reavivar as guerras que sustentam o capital. Produzem-se inimigos outros: mulheres, negros, indígenas, quilombolas, feministas, comunistas, terroristas. Contudo, todos esses são alcançados pela plasticidade semântica do inimigo sexual. Por isso, compreendo haver uma primazia desse drone. O drone cis-heterossexista, assim como sua máquina técnica, o

cis-hétero-bolsonarismo, fazem-nos acreditar que “O capitalismo não tem fim. Não porque seja infinito, mas porque na sociedade colonial é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo. [...] A comercialização do futuro é uma narrativa autodestrutiva pois se inscreve na prática de transformar o fim da narrativa em um fio narrativo.” (Leal 2021 4).

O drone cis-heterossexista funciona de maneira a maximizar as guerras de subjetividades que impossibilitam a aliança revolucionária dos trabalhadores, as guerras que fragilizam a construção de um sujeito coletivo revolucionário, que impedem as identificações antiburguesas. O funcionamento enunciativo do fascismo-bolsonarista garante a eternização do capital, pois sustenta o culto à democracia burguesa, impedindo as enunciações revolucionárias, constringendo as enunciações contra e desidentificadas ao liberalismo. Afinal, antes a democracia com suas contradições do que o fascismo que se avizinha. Pensado como uma singularidade sintomática emergente das periferias do sistema-mundo, o bolsonarismo com seu drone cis-heterossexista de produção de inimigos plasmados e plásticos deve ser, portanto, creio eu, compreendido desde a organização estrutural dos aparelhos mercantis e desde as suas contradições, levando, assim, em apreço as falhas, as resistências de seus funcionamentos automatizados, as interações entre as peças da aparelhagem mercantil, tal qual a literatura, bem como a dimensão de decidibilidade que não pode ser impessoalizada. Dessa forma, há de se levar em conta que o drone cis-heterossexista funciona de maneira a impedir a imaginação revolucionária, a tomada da foice pela mão que tudo produz. Há de se considerar que o capitalismo não é apenas um sistema, mas sim um *cistema* de produção, de destruição e de imaginação:

Se há a marca cisgênera do capitalismo (capitaliCISmo), poderíamos inferir que, da mesma forma que seria notadamente mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo, seria também mais fácil imaginar – e comercializar – o fim do mundo do que conceber – e fabular – o fim da cisgeneridade?

Não estaria a ideia de ‘fim de mundo’ tentando camuflar os verdadeiros fracassos coloniais? (Leal 2021 5).

O cis-hétero-bolsonarismo constitui, dessa forma, uma expressão de singularidade emergente desde a periferia do *cistema*-mundo, ou melhor, para utilizar uma reescrituração conceitual proposta por Viviane Vergueiro Simakawa (2015), mais condizente com o funcionamento do principal drone do bolsonarismo, emergente desde a periferia do *cistema*-mundo.<sup>5</sup> Uma singularidade que se liga à estrutura política, ideológica e econômica da aparelhagem mercantil. Tal qual uma singularidade, o cis-hétero-bolsonarismo permite uma ressignificação, ainda que imaginária, do funcionamento mercantil. Por isso, a dificuldade de teóricos em enquadrar esse fenômeno no seio das teorias burguesas. Aparentemente, seria um equívoco considerá-lo uma especificidade do neoliberalismo, visto que a inteligência burguesa conseguiu desassociar tal experiência do seu passado autoritarista, a exemplo dos campos de experimentações na América Latina durante as décadas de 1960 a 1990. Contudo, como mostraram os teóricos da dependência, a exemplo de Theotônio dos Santos (1992), as ditaduras de segurança nacional estão fincadas na genética do neoliberalismo e, conseqüentemente, no seio das democracias burguesas. Dessa forma, não há de se falar no bolsonarismo como uma experiência brasileira ou apenas latino-americana. Ao ultrapassar a figura empírica de Jair Bolsonaro, compreendo o bolsonarismo como um sintoma do *cistema* capitalista, um sintoma da agora não mais dissimulada política imperialista, estruturada no combate ao inimigo interno e/ou externo. Uma política que não teme fazer as pazes com seu passado autoritário. Pelo contrário, sem grandes artifícios retóricos, funciona como discurso de comemoração do terror. Não busca reescrever a memória das guerras e do terror, busca mostrar a necessidade da violência, a necessidade da eliminação dos ditos inimigos. Com isso, faz circular o medo e a esperança: medo dos inimigos, esperança na atuação mortífera do Estado, do capital, do líder, esse fantoche que opera desde a esfera da execução. Sem vergonha, vociferam em defesa da violência, do terror, da tortura e da morte daqueles marcados como

ameaças. Não mascaram discursivamente o passado autoritário, como ocorrera com a ascensão da chamada democracia cosmopolita e da sociedade de risco. O bolsonarismo como sintoma do capitalismo funciona como novo paradigma de governamentalidade, cuja função é maximizar a exploração da força de trabalho, neutralizar as lutas de classes pela gestão das paixões políticas (Ansart 2019) e das guerras de subjetividades, individualizando o trabalhador, de modo que esse seja impossibilitado de perceber-se um ser explorado, de modo que o trabalhador lute até a morte para manter seus grilhões: “Não se trata de opor as lutas contra a heterossexualidade, o patriarcado e o neocolonialismo à luta de classes, já que esta, sem uma meta revolucionária, torna-se um simples dispositivo do capital.” (Lazzarato 2019 199).

O que faz o cis-hétero-bolsonarismo é sublimar o sofrimento, de modo a responsabilizar o suposto inimigo pela dor que sentimos, dor que é um sintoma da exploração. Ao mesmo tempo, obriga-nos a fugir da dor incansavelmente. Há uma anestesia social permanente como funcionamento político e ideológico, de modo a deslocar a energia libidinal (que é também a energia pela qual vivenciamos a dor) para o trabalho e, claro, para a guerra, fazendo escapar a compreensão de que a dor da qual buscamos fugir tem sua causa na exploração capitalista. Percebermo-nos indivíduos em sofrimento e percebermos que tal sofrimento é um sintoma coletivo do capital poderia fazer-nos mobilizar o ódio contra a burguesia, construindo uma identidade política de sofrimento, uma identidade da dor, da dor produzida e gerenciada pelo capital. A felicidade que o capital faz-nos buscar é impossível e precisa assim ser, para que vivenciamos, posteriormente, o fracasso, e o capital, possa, então, dizer: *se você não é o responsável pela sua infelicidade, só há um responsável: o inimigo*. Na tentativa de contornarmos isso, somos lançados em um *looping* de banalidades e somos, a todos instantes, obrigados a confessar o que, supostamente, far-nos-ia felizes e realizados. Disso decorre, inclusive a gestão capitalista do fracasso. O capitalismo cria em nós a responsabilidade dos efeitos de sua exploração, bem como faz-nos responsabilizar o outro. Nesse horizonte de fuga da dor,

de responsabilização pessoal, de gestão do fracasso, produz-se o *bode expiatório*, aquele responsável pelos males do povo escolhido, aquele que deverá ser ou eliminado ou lançado à própria sorte (Girard 2020). Logo, a revolução nunca é uma possibilidade de felicidade. A felicidade está nos limites do *cistema*, bastaria esforçarmo-nos. E esse esforço contempla, necessariamente, a coragem de batalhar pelos “valores que farão grande a nação novamente”. Em síntese, o drone cis-heterossexista opera pela produção de inimigos, já que a inimigalidade o estrutura do interior. O grande problema do bolsonarismo e sua constituição enquanto máquina técnica, bem como no que diz respeito ao seu funcionamento enunciativo-político-ideológico de drone (estruturado pela inimigalidade), é que diferente do escravo “vivo”, a máquina escrava não pode se revoltar, não pode dizer não, apenas executa. O escravo pode interromper os processos que automatizam sua servidão. O automatismo das máquinas técnicas é estratégia da máquina de guerra, de sua vontade de poder, de sua decisão. Longe do que nos faz imaginar as distopias sobre uma provável dominação das máquinas técnicas, “A automação, em vez de fazer desaparecer a subjetividade, o comando e a estratégia na impessoalidade do funcionamento, aumenta sua capacidade de agir.” (Lazzarato 2019 149).

O automatismo da máquina técnica aumenta o poder de decisão, de comando, isto é, aumenta o controle subjetivo da máquina de guerra do capital. A ordem de ataque vem sempre de cima, para a máquina técnica e seus aparatos tecnológicos cabe apenas executá-la. Não há espaço para, em sua lógica, desobedecer. Por isso, o bolsonarismo, enquanto máquina técnica automatizada, confere ainda mais poder ao capital, centraliza ainda mais a decidibilidade. O que está sempre em jogo é a máquina de guerra do capital. Como afirma Lazzarato (2019), a automação não é automática, mas decorre da decisão do capital; sendo que o capital deve ser considerado como uma máquina pessoal e subjetiva. Claro que com suas contradições.

Parece que precisamos descobrir como implodir a lógica de guerras do capital, destruindo não sua maquinaria técnica,

mas provocando a derrocada financeiro-informacional-técnico-militar-político-ideológica da máquina de guerra do capital. A máquina de guerra revolucionária “[...] deve ter como objeto a ‘guerra’ contra o capital. E essa ‘guerra’ deve libertar também a máquina, pois ela é indissociável do homem.” (Lazzarato 2019 147). Sem permitir que o fascismo seja utilizado como salvaguarda do *cistema* burguês democrático mais uma vez, de tal maneira que o fascismo não passa de uma máquina automatizada pelo capital que funciona por algoritmo, funciona pela execução. Quando o capital aciona o fascismo, como efeito, somos levados a defender a democracia burguesa. É esse ciclo que precisamos destruir. É preciso compreender que não há diferenças entre o estado de direito e o estado de exceção. Pelo menos não para nós, explorados do mundo.

Preso à estrutura burguesa democrática neoliberal está o componente guerra. Guerras que se estruturam na produção de ameaças a serem reiteradamente combatidas e/ou eliminadas. Com isso, a esperança no *cistema* capitalista é reanimada, apagando, necessariamente, do campo de macrovisibilidade social e político, os traços que ligam o modo de produção capitalista ao modo de destruição capitalista pela produção de bodes expiatórios.

Dessa maneira, o capitalismo, tomado como modo de destruição, expressaria a produção de guerras como forma de assujeitar, como forma de produzir sujeitos incapazes de perceberem a exploração burguesa e os lastros autodestrutivos do Estado burguês, visto que tais sujeitos são reiteradamente produzidos e afetados para perceberem apenas o Outro como inimigo social. Logo, qualquer luta anticapitalista que desconsidere a gestão de guerras de subjetividades, que atribua um peso menor às contradições de raça, gênero, sexo está capturada pela artimanha burguesa. Os revolucionários que bradam contra o que chamam pejorativamente de “identitarismos” não percebem que seguem o roteiro projetado pelo capital.

Urge combater o liberalismo que tomou de assalto as demandas dos subalternizados, produzindo um mercado de opressões, de modo a impossibilitar os anseios revolucionários.



Contudo, o direcionamento deve ser a construção de uma identidade coletiva marcada pela experiência da exploração burguesa, pela experiência da dor e do sofrimento (Han 2021). Uma identidade definida pelo seu inimigo em comum: a burguesia. Diante da *necapolítica*<sup>6</sup> (Leal 2020) produzida pelo drone cis-heterossexista,

É fundamental que abandonemos a posição de vítima – mesmo quando o estado, a polícia, o homem branco e o homem cis têm historicamente demonstrado sua incapacidade de abandonar a posição de agressor. Não há saída senão aceitar de uma vez por todas que fomos inscritas numa guerra aberta contra a nossa existência e a única forma de sobreviver a ela é lutar ativamente pela vida. (Mombaça 2021).

Contra a máquina de guerra do capital, a máquina de guerra revolucionária. Contra a esperança, a coragem de desesperança. Contra o medo, o ódio de classe. Contra as máquinas técnicas, a programação da pane. Contra a impossibilidade de imaginar o fim, o reavivamento da memória da Revolução... A lembrança de que a classe trabalhadora contra-atacou... A lembrança de que a imaginação diz das mãos, diz da força de trabalho, diz da foice e do martelo:

Àquelas de nós cuja existência social é matizada pelo terror; àquelas de nós para quem a paz nunca foi uma opção; àquelas de nós que fomos feitas entre apocalipses, filhas do fim do mundo, herdeiras malditas de uma guerra forjada contra e à revelia de nós; àquelas de nós cujas dores confluem como rios a esconder-se na terra; àquelas de nós que olhamos de perto a rachadura do mundo, e que nos recusamos a existir como se ele não tivesse quebrado: eles virão para nos matar, porque não sabem que somos imorríveis. Não sabem que nossas vidas impossíveis se manifestam umas nas outras. Sim, eles nos despedaçarão, porque não sabem que, uma vez aos pedaços, nós nos espalharemos. Não como povo, mas como peste: no cerne mesmo do mundo, e contra ele. (Mombaça, 2017,).

## Notas

- 1 Há notícias de que haverá uma adaptação da novela em filme: ROSA, Jorge Pe-reira. Philip K. Dick: “a máquina de governar” a caminho do cinema. C7nema, São Paulo, 8 de novembro de 2021. Disponível em: <https://c7nema.net/producoes/item/106614-a-maquina-de-governar-de-philip-k-dick-a-caminho-do-cinema.html>. Acesso em: 01 fev. 2022.
- 2 A forma-sujeito é uma moldura que conforma, a partir de uma complexa rede de funcionamentos ideológicos, afetivos e econômicos, o que nós somos em dada formação social e histórica. Essa moldura predetermina nossos sonhos, nossos desejos, nossos gostos, nossas vontades, nossa obediência, nossa fé, a ausência dela, nossa desobediência... Claro que tal estrutura opera com alguma margem de imprevisibilidade, de espaço para nossa agência. Afinal, em um jogo onde tudo é automatizado, logo o interesse em continuar jogando é perdido. E há também o que a forma-sujeito não pode prever, o que nem suas projeções são capazes de capturar. Por isso, a forma-sujeito pode sempre se deformar em sua eterna tentativa de conformar.
- 3 Conceito esboçado em conversa pessoal, ainda não formulado pelo autor em texto.
- 4 “[...] o acontecimento não é da ordem dos corpos. Entretanto, ele não é imaterial; é sempre no âmbito da materialidade que ele se efetiva, que é efeito; ele possui seu lugar e consiste na relação, coexistência, dispersão, recorte, acumulação, seleção de elementos materiais; produz-se como efeito de e em uma dispersão material. Digamos que a filosofia do acontecimento deveria avançar na direção paradoxal, à primeira vista, de um materialismo do incorporal.” (Foucault 1996 57-58). Portanto, os acontecimentos são incorporais, pois, embora decorram dos corpos, não se confundem com a materialidade corpórea. São efeitos das forças que atravessam os corpos.
- 5 “‘Cistema-mundo’, uso-a enquanto referência a Grosfoguel (2012 339), que caracteriza um ‘[c]istemamundo ocidentalizado/cristianocêntrico moderno/colonial capitalista/patriarcal’ que produz ‘hierarquias epistêmicas’ em que [...] perspectivas não cisgêneras são excluídas, minimizadas, ou silenciadas. A corruptela ‘cistema’, entre outras corruptelas do tipo, têm o objetivo de enfatizar o caráter estrutural e institucional – ‘cistêmico’ – de perspectivas cis+sexistas, para além do paradigma individualizante do conceito de ‘transfobia’.” (Simakawa 2015 15).
- 6 “É possível friccionar disciplinas de gênero sem pôr em risco narrativamente o projeto colonizador capitaliCISTA? A insurgência de pronunciar o instante do corpo travesti ameaçado pela pandemia do coronavírus é um ato crônico que se aproveita do fluxo do produtivismo para promover-lhe devires improdutivos. A teatralidade negativa da poética épica tem na indisciplina de gênero uma temporalidade de corpo que desvela os modos de violação de direitos pelo Estado. A teatralidade positiva da poética dramática, por sua vez, se sustenta na ficção ilusionista contornada de comoção e convencimento. Esta é a biopolítica de gênero que tem seu próprio contraponto dramático necropolítico: a gestão de vidas que devem ser vividas se dá pela comoção e pelo convencimento em paralelo à gestão das mortes que devem ser morridas. Dado que o Estado brasileiro é fálico (neca) e machista, vivemos aqui não somente a necropolítica, mas a necapolítica.” (Leal 2020).

## Referências

- Afonso-Rocha, Rick. A sociedade deimofágica. *Lavrapalavra*, 08 de fevereiro de 2022. (No prelo).
- , Cis-hétero-bolsonarismo e suas definições. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 12 de janeiro de 2021a. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/cis-hetero-bolsonarismo/>. Acesso em: 15 jan. 2022.
- , O pânico e o risível grotesco em Bolsonaro. [A deimopolítica sexual e de gênero do governo ne(cr)oliberal bolsonarista]. *Outras Palavras*, 26 de novembro de 2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/ crise-brasileira/o-panico-e-o-risivel-grotesco-em-bolsonaro/>. Acesso em: 09 jan. 2022.
- , *O perigo cor-de-rosa: ensaios sobre a deimopolítica*. Salvador: Devires, 2021b.
- Alliez, Éric; Lazzarato, Maurizio. *Guerras e capital*. Tradução de Pedro Paulo Pimenta. São Paulo: Ubu, 2021.
- Althusser, Louis. A Corrente subterrânea do materialismo do encontro. *Crítica Marxista*, n. 20, p. 9-47, 2005.
- , *Sobre a reprodução*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- Ansart, Pierre. *A gestão das paixões políticas*. Tradução Jacy Seixas. Curitiba: Ed. UFPR, 2019.
- Bachelard, Gaston. *A água e os sonhos: ensaio sobre a imaginação da matéria*. Tradução de Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- Beck, Ulrich. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34, 2010.
- Bulcão, Marly. Gaston Bachelard: corpo e matéria como fundamentos da imagética criadora. *Prometheus*, Sergipe, ano 6, n. 12, p.17-25, 2013.
- Candido, Antonio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: PubliFolha, 2000.
- Chamayou, Grégoire. *Teoria do drone*. Tradução de Célia Euvaldo. São Paulo: Cosac Naify, 2015.
- Deleuze, Gilles. *Michel Foucault: as formações históricas*. Tradução de Cláudio Medeiros e Mario Marino. São Paulo: n-1; Politéia, 2017.
- Dick, Philip K. *A máquina de governar*. Lisboa: Argonauta, 1974.
- Fisher, Mark. Não prestar para nada. Tradução de Victor Marques e Jorge Adeodato. *Jacobin Brasil*, 13 de janeiro de 2022. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2022/01/nao-prestar-para-nada/>. Acesso em: 05 fev. 2022.
- Foucault, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2019.
- , *A grande estrangeira: sobre literatura*. Tradução de Fernando Sceibe. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

- , *A sociedade punitiva: curso no Collège de France (1972-1973)*. Tradução de Ivone C. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2015.
- , *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. Tradução de Maria Ermantina Galvão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes: 2010.
- Giddens, Anthony. *A terceira via: reflexões sobre o impasse atual e o futuro da social-democracia*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- Girard, René. *O bode expiatório*. Alfragide: Leya, 2020.
- Guérin, Daniel. *Fascismo e grande capital*. Tradução de Lara C. de Malimpensa. Campinas: Unicamp, 2021.
- Han, Byung-Chul. *Sociedade paliativa: a dor hoje*. Tradução de Lucas Machado. Petrópolis: Vozes, 2021.
- Jameson, Fredric. *O inconsciente político: a narrativa como ato socialmente simbólico*. Tradução de Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Ática, 1992.
- Jappe, Anselm. *A sociedade autofágica: capitalismo, desmesura e autodes-truição*. Tradução de Júlio Henriques. São Paulo: Elefante, 2021.
- Lacan, Jacques. *O seminário, livro 10: a angústia, 1962-1963*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- Lazzarato, Maurizio. *Fascismo ou revolução: o neoliberalismo em chave es-tratégica*. Tradução de Takashi Wakamatsu e Fernando Scheibe. São Paulo: n-1, 2019.
- Leal, Dodi Tavares Borges. *Fabulações travestis sobre o fim. Conceição/Con-ception*, v. 10, n. 1, pp. 1-19, 2021
- , *A arte travesti é a única estética pós-apocalíptica possível? Pedago-gias antiCIStêmicas da pandemia*. In: *Pandemia Crítica*, n. 094. São Paulo: n-1 edições, 2020.
- Lordon, Frédéric. *A sociedade dos afetos: por um estruturalismo das paixões*. Tradução de Rodolfo E. Scachetti e Vanina C. Sigrist. Campinas: Pa-pirus, 2015.
- Marx, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 37. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.
- Mombaça, Jota. *O mundo é meu trauma. Piseagrama*, Belo Horizonte, número 11, 2017
- , *Publicação em perfil do Instagram Afrotonizar*. Sem título. Disponível em: [https://www.instagram.com/p/CR4uYBFFdYR/?utm\\_medium=copy\\_link](https://www.instagram.com/p/CR4uYBFFdYR/?utm_medium=copy_link). Acesso em: 04 ago. 2021.
- Moura, Iago. *Sujeitos (LGBT+) e Estado: materialidades da comemoração de direitos*. Trabalho apresentado como comunicação oral na Sessão Coordenada II: discurso, lutas de classes, gênero, raça, do X SEAD – Seminário de Estudos em Análise do Discurso, 2021. (Texto no prelo).
- Orlandi, Eni. *Discurso e leitura*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- Rea, Silvana. *Os caminhos da imaginação material*. *Ide*, São Paulo, v. 32, n. 49, p. 50-64, 2009.
- Santos, Theotonio dos. *La teoría de la dependencia: un balance histórico y teórico*. In: Segrera, F.L. (Ed.). *Los retos de la globalización: ensayos en homenaje a Theotonio dos Santos*. Caracas: UNESCO, 1998.

- Simakawa, Viviane Vergueiro. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgenderidade como normatividade*. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.
- Sollers, P. Notas sobre literatura y enseñanza. Tradução de Juan A. Azpitarte. In: Azpitarte Almagro, Juan M. (Org). *Para una crítica del fetichismo literario*. Madrid: Akal, 1975.
- Valencia, Sayak. Capitalismo Gore y necropolítica en México contemporáneo. *Relaciones Internacionales*, Madrid, España, n. 19, p. 83–102, 2012.
- York, Sara Wagner; Sepulveda, Denize. Pedagogias em disputa: Denize Sepulveda entrevista Sara Wagner York. *Revista Interinstitucional Artes de Educar*, v. 7, n. 2, p. 1313-1332, 2021.